

REFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA - ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 23.539.463.0001/21
Rua Antonio Nascimento, 274 - Centro - CEP - Pirapora - MG
Fone: 0** 38 3740 - 6100
Site: www.pirapora.mg.gov.br

PROCESSO Nº117 /2025
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

CONTRATO Nº 048/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026
PARA AQUISIÇÃO DE
HORTIFRUTIGRANJEIROS, BISCOITOS E
DOCES CASEIROS E POLPA DE FRUTAS
ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR
PARA ATENDER À MERENDA ESCOLAR
DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE
PIRAPORA/MG, que fazem entre RAIMUNDO
MALAQUIAS DOS SANTOS CPF



MUNICÍPIO DE PIRAPORA/MG, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antônio Nascimento, 274, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 23.539.463/0001-21, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. Alexandre Costa Cesar**, brasileira, casado, portador do CPF [REDACTED] doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado **RAIMUNDO MALAQUIAS DOS SANTOS**, CPF [REDACTED] situado no Assentamento Paco, lote nº 34 em Pirapora-MG, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A)**, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 14.133/21, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2025, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA REGÊNCIA

O presente contrato trata-se de um contrato administrativo e rege-se, pelas normas da Lei 14.133 de 12 de abril de 2021 e alterações posteriores, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e pela Lei nº 11.947/2009 e tem como base na Chamada Pública nº 001/2025 - Processo nº117 /2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, com verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada



REFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA - ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 23.539.463.0001/21
Rua Antonio Nascimento, 274 - Centro - CEP - Pirapora - MG
Fone: 0** 38 3740 - 6100
Site: www.pirapora.mg.gov.br

- A) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- B) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- C) Indenizações e multas.

16.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

17.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato sempre que comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como nas hipóteses de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, que alterem a equação econômico-financeira originalmente pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 14.133/2021.

18.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela CONTRATADA mediante requerimento formal, devidamente motivado e instruído com documentação comprobatória suficiente à demonstração do desequilíbrio alegado.

18.3. A Administração deverá analisar e decidir o pedido no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, contados do seu protocolo, admitida a suspensão do prazo, uma única vez, para fins de diligência ou complementação de informações, mediante despacho devidamente motivado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

19.1. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

19.2. A perda superveniente de quaisquer das condições de habilitação e qualificação exigidas poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a aplicação das sanções previstas neste contrato e, se for o caso, a sua rescisão, observado o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

20.1. O presente contrato encontra-se integralmente vinculado ao instrumento convocatório, ao termo de referência, ao anteprojeto ou projeto básico, à proposta vencedora e aos demais documentos que instruíram o procedimento licitatório, os quais o integram para todos os fins de direito, nos termos do art. 92, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.



REFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA - ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 23.539.463.0001/21
Rua Antonio Nascimento, 274 - Centro - CEP - Pirapora - MG
Fone: 0** 38 3740 - 6100
Site: www.pirapora.mg.gov.br

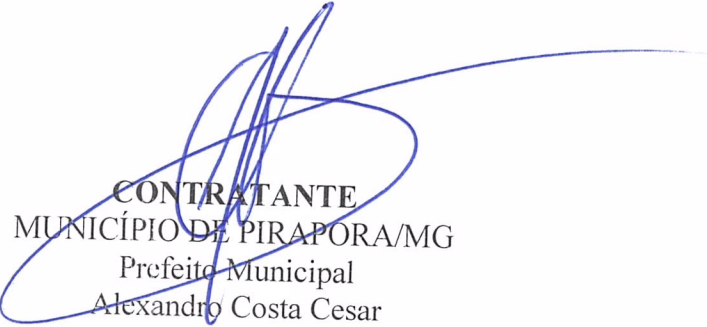
20.2. Em caso de divergência entre as disposições deste contrato e as constantes do instrumento convocatório e de seus anexos, prevalecerão estas últimas.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Pirapora, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

18.2 E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em três vias originais de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas

Pirapora, 06 de Abril de 2026.


CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE PIRAPORA/MG
Prefeito Municipal
Alexandro Costa Cesar


CONTRATADO
RAIMUNDO MALAQUIAS DOS SANTOS
CPF: 

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE INIDONEIDADE, NÃO EMPREGA MENOR ART. 7º, INC. XXXIII DA CF e RELAÇÃO DE PARENTESCO CONFORME ART. 123 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A empresa Raimundo Malaquias dos Santos inscrita no CNPJ: XXXX, por intermédio de seu representante legal o Sr. Raimundo Malaquias dos Santos Portador do CPF n.º [REDACTED] **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de proponente, sob as penas da lei, que não foi **declarada inidônea** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. **DECLARA** também para fins do disposto no inciso VI, do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

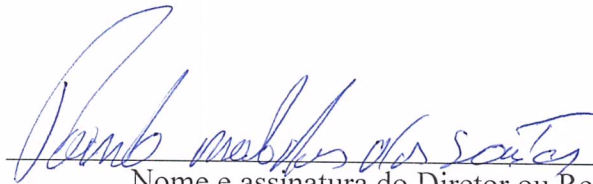
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

DECLARA ainda que nenhum dos sócios desta empresa está impedido de participar deste processo por força do Art. 123 da Lei Orgânica Municipal de Pirapora, qual seja:

Art. 123 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções. Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Por ser máxima e plena verdade, firmo a presente declaração.

Pirapora em 06 de Abril de 2026.



Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

